

REQUERIMENTO DE DESTINAÇÃO DE GRANDE EXPEDIENTE - ART. 125 DO RI

Convite ao ex-secretário municipal de Meio Ambiente José Afonso Botura Portocarrero para esclarecimentos acerca de denúncias relacionadas à supressão de árvores e à atuação administrativa dos órgãos municipais competentes.

Senhor(a) Presidente

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cuiabá,

Nos termos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, requer-se a destinação de espaço no Grande Expediente para manifestação e esclarecimentos do Sr. **José Afonso Botura Portocarrero**, então Secretário Municipal de Meio Ambiente à época dos fatos, acerca das denúncias relacionadas à supressão de árvores autorizada por meio de licenças administrativas e das medidas adotadas pelo Poder Executivo Municipal após os questionamentos apresentados perante esta Câmara Municipal.

Segundo informações constantes dos procedimentos e denúncias encaminhadas por parlamentar desta Casa, foram levantadas suspeitas acerca da regularidade das autorizações concedidas para derrubada de árvores, situação que motivou fiscalizações, diligências e a participação de autoridades municipais em visitas realizadas no local dos fatos.

À época, houve manifestações públicas indicando que seriam adotadas providências para reavaliação e suspensão das licenças concedidas, de forma a impedir a continuidade da supressão vegetal até que fossem esclarecidas todas as circunstâncias relacionadas às denúncias apresentadas.

Todavia, apesar das denúncias, dos pedidos de providências e das manifestações realizadas perante os órgãos competentes, as árvores acabaram sendo efetivamente derrubadas, gerando questionamentos quanto à atuação da Administração Pública e à efetividade das medidas anunciadas.

Dessa forma, visando garantir a transparência dos atos administrativos e possibilitar o adequado esclarecimento dos fatos à população cuiabana, requer-se que o Sr. **José Afonso Botura Portocarrero** utilize o Grande Expediente desta Casa Legislativa para prestar esclarecimentos acerca dos seguintes pontos:

1. Quais providências administrativas foram adotadas após o recebimento das denúncias;
2. Se houve análise para suspensão, revisão ou cancelamento das licenças de supressão vegetal;
3. Quais medidas fiscalizatórias foram realizadas pelos órgãos municipais competentes;
4. Por quais razões as derrubadas ocorreram mesmo após as denúncias e os pedidos de intervenção;
5. Qual foi a participação da secretaria sob sua responsabilidade na condução dos fatos;



6. Se houve apuração interna dos acontecimentos e quais conclusões foram alcançadas.
Diante da relevância ambiental e social do tema, requer-se o deferimento do presente pedido.

Palácio Paschoal Moreira Cabral, Sala das Sessões em, 1 de junho de 2026.

Dra. Mara - PODEMOS

Vereador(a)

